Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Dayane Cristine Dias Correia[1]
Josival Soares dos Santos[2]
Adjon Barroso de Araújo[3]
Janiele Dias Correia[4]
Daniele Dias Correia[5]

RESUMO

A busca por uma educação de qualidade é um desafio global que exige a formulação e implementação de políticas públicas eficazes e abrangentes. Este artigo explora a intrínseca relação entre as políticas públicas e a garantia de um ensino superior que atenda às demandas sociais e individuais. Como objetivo, o presente estudo busca analisar a interrelação entre as políticas públicas educacionais e os diversos fatores que determinam a qualidade da educação, identificar e discutir os desafios e as oportunidades na implementação de políticas públicas que visem à promoção de uma educação de qualidade, considerando o contexto brasileiro e as melhores práticas internacionais. Nesse sentido, aborda-se a necessidade de políticas que contemplem desde o financiamento adequado e a formação continuada de professores até a infraestrutura escolar e a criação de currículos relevantes e inclusivos. Argumenta-se que a qualidade educacional não se restringe apenas ao desempenho acadêmico, mas engloba também o desenvolvimento integral do aluno, a equidade no acesso e permanência, e a capacidade de preparar os indivíduos para os desafios do século XXI. Para o desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, cujas fontes para levantamento dos dados foram artigos e monografias publicadas no meio eletrônico, como sites da Scielo e o Google Acadêmico. Conclui-se que o sucesso na promoção de uma educação de qualidade depende de um compromisso político contínuo, da participação social e da avaliação constante das estratégias adotadas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Educacional. Educação de Qualidade. Políticas Públicas.

[1] E-mail: dayanetyne@hotmail.com
[2] E-mail: josivalsoaressantos24@gmail.com
[3] E-mail: adjonbarroso@gmail.com
[4] E-mail: janieledc@gmail.com
[5] E-mail: danielediascorreia@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um pilar fundamental para o desenvolvimento social, econômico e humano de uma nação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Araújo, 2025; Brasil, 1988).

Contudo, a mera oferta de vagas não garante uma educação de qualidade. É nesse cenário que as políticas públicas emergem como instrumentos cruciais para transformar o acesso em uma experiência educacional significativa e equitativa. Este artigo propõe-se a analisar como as políticas públicas podem ser desenhadas e implementadas para impulsionar a qualidade da educação, considerando seus múltiplos aspectos, desde o financiamento e a gestão até a formação docente e o ambiente de aprendizagem (Duarte, 2025).

Compreender essa relação é essencial para identificar os caminhos que podem levar a um sistema educacional mais justo e eficiente, capaz de preparar os cidadãos para os desafios e oportunidades do futuro.

Como objetivo, este trabalho busca analisar a interrelação entre as políticas públicas educacionais e os diversos fatores que determinam a qualidade da educação, identificar e discutir os desafios e as oportunidades na implementação de políticas públicas que visem à promoção de uma educação de qualidade, considerando o contexto brasileiro e as melhores práticas internacionais.

A relevância deste estudo reside na urgência e na complexidade de se alcançar uma educação de qualidade no cenário contemporâneo. Apesar dos avanços significativos no acesso à educação nas últimas décadas, a disparidade na qualidade do ensino contínuo, sendo um dos maiores desafios enfrentados por sistemas educacionais em todo o mundo, e particularmente no Brasil. Essa lacuna impacta diretamente o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país, perpetuando ciclos de desigualdade e limitando o potencial individual e coletivo.

Compreender como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas sob a perspectiva da qualidade educacional é crucial para identificar estratégias eficazes e replicáveis. Este estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as intersecções entre o arcabouço legal e as práticas pedagógicas e administrativas,

buscando entender quais abordagens têm demonstrado maior sucesso na promoção de resultados educacionais mais equitativos e relevantes.

Além disso, a análise crítica das políticas existentes e a proposição de novas perspectivas podem subsidiar gestores públicos, educadores, pesquisadores e a sociedade civil na tomada de decisões informadas, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais robusto, inclusivo e capaz de preparar os cidadãos para os desafios e oportunidades do século XXI.

Vale ressaltar ainda que, em um contexto de recursos limitados e demandas crescentes, otimizar o impacto das políticas públicas na educação de qualidade torna-se não apenas uma meta, mas uma imperativa estratégica para o futuro de qualquer nação.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Políticas Públicas: conceitos e contextos

A relação entre políticas públicas e educação de qualidade é um campo vasto e complexo, explorado por diversos teóricos e abordagens. A qualidade educacional, por sua vez, não possui uma definição unívoca, sendo multifacetada e contextual. Autores como Duarte (2025) e Souza (2025) destacam que a melhoria educacional é um processo contínuo que demanda reformas sistêmicas, com foco no desenvolvimento profissional docente e na cultura de colaboração. Para Duarte (2025), a mudança significativa na educação ocorre quando há um alinhamento entre as políticas, as práticas escolares e a capacidade dos educadores de liderar essa transformação.

No contexto das políticas públicas, o financiamento é um dos pilares essenciais. A literatura, incluindo trabalhos de Davies e Zafira (2012), enfatiza que investimentos adequados e bem direcionados são cruciais para a melhoria da infraestrutura, aquisição de materiais didáticos e valorização dos profissionais da educação. No Brasil, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um exemplo de política de financiamento que visa redistribuir recursos para reduzir as desigualdades regionais. Contudo, a efetividade de tais políticas depende não apenas do volume de recursos, mas também

de sua gestão transparente e eficiente.

Outro aspecto fundamental reside na formação e valorização dos profissionais da educação. Pesquisadores como Linda Darling-Hammond (2016) defendem que a qualidade de um sistema educacional está diretamente ligada à qualidade de seus professores. Políticas que investem na formação inicial e continuada, em planos de carreira atrativos e em condições de trabalho adequadas são cruciais para atrair e reter talentos na docência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Brasil, já prevê a importância da formação docente, mas a implementação efetiva ainda enfrenta desafios (Brasil, 1996).

A gestão escolar democrática também emerge como um fator crítico. Gadotti (2000) argumenta que a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) nas decisões pedagógicas e administrativas contribui para um ambiente escolar mais engajador e para a construção de um projeto pedagógico mais alinhado às necessidades locais. Políticas que fomentam a autonomia das escolas e a participação social podem empoderar as comunidades para que se tornem corresponsáveis pela qualidade da educação.

Por fim, o currículo e a avaliação são elementos interligados. Políticas curriculares devem promover um ensino que vá além da memorização, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e as habilidades socioemocionais, conforme preconizado por documentos internacionais como os da UNESCO. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), no Brasil, busca estabelecer um norte para o que se espera que os alunos aprendam. Já as políticas de avaliação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), devem servir como ferramentas de diagnóstico para identificar pontos fortes e fracos, subsidiando a formulação de novas políticas e aprimoramento das existentes, e não apenas como instrumentos de ranqueamento (Brasil, 2017).

De acordo com Giovanni (2009), as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Logo, compreende-se como Políticas públicas conjuntos de ações, programas e decisões que são tomadas pelos governos, sejam estes da esfera nacional, estadual ou municipal com a participação de modo direto ou indireto, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico (Gandini, 2008).

Para Azevedo (2003), as políticas públicas podem ser compreendidas como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia.

O conceito de políticas públicas é um conceito evolutivo, na medida em que a realidade a que se refere existe num processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão referidas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas.

A expressão ‘políticas públicas’ parece ter entrado definitivamente no vocabulário contemporâneo. Sua presença constante na imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos, nas pautas de movimentos sociais, revela uma avassaladora presença do tema na vida cotidiana dos países democráticos (Azevedo, 2023).

A observação histórica das políticas públicas possibilita a identificação de elementos invariantes em todas elas, embora cada uma delas tenha ocorrido de maneira singular e única. A questão principal, nesse caso, é como identificar tais elementos.

Os elementos são dados à observação do investigador. Por exemplo, toda política pública se baseia numa “teoria”, ou seja, num conjunto de asserções de origem diversa, seja racional ou não, que dá sustentação às práticas da intervenção, em busca de um determinado resultado (Giovanni, 2009).

A observação histórica mostra que “teoria”, práticas e resultados, são elementos primários que estão presentes em todas as políticas públicas, embora empiricamente teoria, práticas e resultados tenham uma concreção histórica própria e única.

No entanto, mais importante do que identificar os elementos invariantes é estabelecer entre eles uma relação que seja realmente indissolúvel e orgânica, de modo que constituam totalidades estruturadas,

discretas, que chamo, no caso, de estruturas elementares.

No tocante as estruturas substantivas, as políticas públicas podem ser definidas como atividades sociais, e nessa acepção sociológica, concretizam-se por intermédio de ações sociais, caracterizadas por, um mínimo de padronização e institucionalização (Azevedo, 2003).

Em outras palavras, os agentes sociais, os atores, nesse âmbito, pautam suas ações por orientações conduta dotadas de objetivos implícitos ou explícitos; e, em maior ou menor grau, de alguma racionalidade, que chamaremos aqui de interesses e, ao mesmo tempo, movimentam-se dentro de um espaço social institucionalizado por pautas de comportamento de correntes de um conjunto de regras.

Nas análises de políticas públicas, os aspectos da estrutura material têm sido constantemente descurados, o que parece limitar o alcance de análises. A maior parte das metodologias tem revelado certo "politicismo", na medida em que não consideram outras angulações tais como a sociológica, a econômica e a cultural, que permitem incorporar as políticas públicas como fenômenos cruciais da economia política do capitalismo contemporâneo.

Enfim, esse conhecimento mais de perto sobre as políticas públicas, proporciona então uma visão mais apurada quanto as políticas educacionais e, principalmente a importância de cada uma para o desenvolvimento do educando nas escolas.

3.2 Políticas Públicas que Promovem Qualidade na Educação Brasileira

São muitas a políticas públicas direcionadas à educação no país. Cada uma delas propõem melhorias no processo educacional no qual o indivíduo se submete. As políticas visam desenvolvimento, além do envolvimento do educando no processo educacional. há políticas educacional para todas as etapas da educação brasileira e modalidades. O Brasil busca oferecer a melhor educação que existe, por isso, políticas educacionais têm sido criadas e aplicadas nessa proposta (Giovanni, 2009).

Assim, compreende-se que, as políticas públicas se tornam relevantes na educação, pelo fato de proporcionar o cumprimento da legislação educacional brasileira e, dar oportunidades de melhorias no processo educativo.

Abaixo serão elencadas algumas das muitas políticas educacionais constituídas no Brasil, de acordo com Lenzi (2022):

- Programa Brasil alfabetizado: essa é uma política que visa a

alfabetização dos jovens, adultos e idosos.

- Educação para Jovens e Adultos: é uma política que foi criada para oportunizar adultos a concluir seus estudos, uma vez que, estes não conseguiram fazer isso no tempo regular. Esse programa atende adultos desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): O Pronatec surge da necessidade que o governo viu em ofertar cursos profissionalizantes, dando assim maiores oportunidades para o jovem e adultos desenvolver o seu trabalho, cumprindo assim , o que diz o Art. 205 da Constituição Federal, referente ao papel social da escola, que é a formação do indivíduo e seu preparo para o trabalho.
- Programa Universidade para Todos (PROUNI): a política do Prouni nasceu com a necessidade de dar oportunidades para os jovens de baixa renda possam estudar por meio de bolsas nas Universidades privadas.
- MEDIOTEC: É um programa que oferece cursos de ensino técnico dedicado aos estudantes que estão cursando ensino médio nas escolas públicas estaduais.
- Programa Escola Acessível: esse programa foi criado para dar maior acessibilidade aos alunos com deficiências a entrar e permanecer nas instituições escolares e ali se desenvolverem em todos os aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. A política da acessibilidade deve ser cumprida, uma vez que, a educação é um direito de todos e, esse todos independe da condição socioeconômica, sociocultural, física ou até mesmo mental do indivíduo.
- Programa Caminho da escola: essa política educacional foi criada para aumentar a frota de veículos que faz o transporte de alunos, tanto municipais quanto estaduais.
- Educação em Prisões: esse é um programa que leva o ensino técnico a jovens e adultos que cumprem pena prisional, garantindo assim, mais uma vez o cumprimento do artigo 205 da CF/88 “educação, um direito de todos”.
- Programa Brasil Profissionalizado: é um programa destinado aos jovens matriculados no Ensino Médio da rede pública de ensino

proporcionando assim oportunidades de trabalho ao sair da escola.

- Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND): É uma política que visa apoiar financeiramente os cursos de licenciaturas indígenas ou interculturais que forma docentes de escolas indígenas.

De acordo com Azevedo (2003), as políticas públicas, quando entendidas como ações que visam benefícios para a população, compreende-se que, as mesmas se mostram de grande valia na educação, uma vez que, a partir destas, busca-se um ensino de qualidade e, o aluno terá subsídios para um desenvovlimento significativo enquanto cidadão. As políticas são criadas visando o cumprimento da legislação brasileira que rege a educação, ou seja, as leis educacionais precisam ser observadas e cumpridas, logo, ações e programas necessitam ser criadas para que se cumpra aquilo que preconiza a legislação.

Há inúmeras políticas que oferecem aos educandos possibilidades de permanência e desenvolvimento no espaço escolar, principalmente para aqueles com deficiências. a política para uma educação mais inclusiva, proporcionando assim acessibilidade ao educando com eficiência, deve ser observada e cumprida, almejando assim, o desenvolvimento desse aluno em todos os aspectos da sua vida, a saber: físico, psicológico, intelectual e social.

As Políticas visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma abrangente ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas correspondem também a direitos assegurados pelas Leis, como por exemplo, a Constituição Federal. É preciso que as escolas busquem políticas e desenvolvam-nas de forma efetiva em seu espaço, trazendo para dentro das salas de aula a realidade de cada aluno e trabalhando com as mesmas da melhor forma possível, visando sempre o crescimento intelectual, emocional, social e cognitivo de cada aluno (Giovanni, 20069).

Percebe-se que há inúmeras possibilidades de políticas públicas educacionais para que a escola da atualidade possa atender às demandas da educação com qualidade. Tratam-se, entretanto, de estabelecer tais possibilidades em nível local, regional e nacional.

Sendo ainda necessário implementar políticas de forma participativa, e não hegemônica, para maior engajamento e comprometimento da comunidade. Certamente, com o assentimento desses

atores em processos racionais de discussão e deliberação haverá maior chance de que as políticas educacionais tenham continuidade, gerando os resultados esperados.

Entretanto, para que as políticas públicas educacionais realmente alcancem seu objetivo almejado, que é oferecer uma educação de qualidade, faz-se necessário proceder a uma avaliação, como ponto essencial da avaliação de qualquer política pública como prestação de contas.

Esse procedimento deve ter três funções principais, a saber; informação sobre o trabalho realizado e quais eram os objetivos iniciais; readequação de algum (ns) objetivo (s) que não foi (ram) considerado (s) adequado (s) e legitimação do trabalho realizado, podendo-se optar pela sua perpetuação. Trata-se, portanto, de um trabalho coletivo.

Dessa forma, pode-se considerar as políticas públicas não como um ato isolado, mas um trabalho conjunto da esfera pública com a comunidade, havendo participação ativa de todos os agentes envolvidos.

O envolvimento gerará o que é denominado como sentimento de vínculo e de pertencimento, por meio do qual uma comunidade se une e trabalha pelo seu bem comum, buscando assim uma educação de qualidade à população brasileira.

4 CONCLUSÃO

As políticas públicas são, sem dúvida, o motor principal para a construção de uma educação de qualidade que seja acessível e equitativa para todos. A complexidade do tema exige uma abordagem multifacetada, que compreenda a interconexão entre financiamento, formação docente, gestão, currículo e avaliação. Uma política educacional eficaz não é apenas aquela que garante a entrada do aluno na escola, mas que assegura sua permanência, seu aprendizado significativo e seu desenvolvimento integral, preparando-o para os desafios do século XXI.

Para que as políticas públicas atinjam seus objetivos de forma plena, é imprescindível um compromisso político contínuo e de longo prazo, transcendendo governos e ideologias partidárias. Além disso, a participação social ativa – de pais, alunos, educadores, comunidade e especialistas – é fundamental para que as políticas sejam verdadeiramente representativas e respondam às necessidades locais. Por fim, a avaliação constante das políticas implementadas, com base em evidências e dados, é crucial para identificar o que funciona, o que precisa ser ajustado e como otimizar os recursos disponíveis. Somente através de um esforço

conjunto e da implementação de políticas públicas robustas e bem articuladas, poderemos sonhar com um futuro em que a educação de qualidade seja uma realidade para cada indivíduo, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, G. C. de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil**: "o problema maior é o de estudar". Educ. Rev., Curitiba, nº 39, p. 279-292, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: junho de 2025.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** - Lei De Diretrizes e Base. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em junho de 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htmacesso em. Junho de 2025.

DAVIES, Scott; ZARIFA, David. **The Effects of Public and Private Funding on Higher Education Quality**: A Cross-National Analysis. Higher Education, v. 64, n. 4, p. 553-570, 2012.

DUARTE, C. S. **Direito público subjetivo e políticas educacionais**. São Paulo em Perspect., São Paulo, v. 18, nº 2, p. 113-118, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: junho de 2025.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. Cortez, 2000.

GIOVANNI Geraldo Di. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 2009.

LENZI, Tié. **Políticas públicas na educação**: quais são e quem faz? Disponível em: https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/. Acesso em novembro de 2022.

MOREIRA, Ana Maria de Albuquerque. **Progestão**: como gerenciar os recursos financeiros? Módulo VI. MACHADO, Aglaê de Medeiros (coord.). Brasília: CONSED - CONSELHO de Secretários de Educação, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In Revista: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo. br/pdf/soc/n16/a03n16 Acesso em junho de 2025.

http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/cartilhafundeb.pdf-Cartilhado FUNDEB. Acesso em junho de 2025.

http://revistaescola.abril.com.br/swf/animacoes/exibianimacao.shtml?fundeb/fundeb.swf.Infográfico animado que mostra como funciona o FUNDEB. Acesso em junho de 2025.